

Diplomacia Científica e Ensino Superior: A Cooperação Brasil–Portugal no Contexto Europeu

Jorge Trigo

Cleber Lopes

Resumo: A cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal é analisada como um caso de diplomacia científica e de *soft power* no contexto europeu. Argumenta-se que esta parceria opera simultaneamente como mecanismo de projeção internacional, através da mobilidade académica, da formação de redes de investigação e da mobilização de instrumentos institucionais, e como espaço de reprodução de assimetrias características das relações entre Sul e Norte globais. A partir de um enquadramento teórico que articula diplomacia científica, *soft power* e cooperação internacional, sustenta-se a hipótese de que, embora a cooperação reforce a capacidade de atração de Portugal e o seu posicionamento como nó europeu nas redes lusófonas, tende também a refletir hierarquias estruturais, em virtude do peso dos enquadramentos europeus na definição de agendas, financiamento e oportunidades. Metodologicamente, adota-se uma abordagem mista, combinando análise documental de instrumentos como o programa FCT/CAPES e o Erasmus+, com indicadores de mobilidade académica e dados bibliométricos de coautoria científica. Os resultados evidenciam um crescimento significativo da mobilidade brasileira para Portugal, uma forte dependência de instrumentos europeus e uma concentração institucional da produção científica conjunta, apontando para uma configuração simultaneamente capacitadora e assimétrica. Conclui-se que a evolução desta parceria para um modelo mais horizontal dependerá do reforço de mecanismos de cofinanciamento, reciprocidade e coprodução de conhecimento.

Introdução

A diplomacia científica tem vindo a afirmar-se como um domínio central de articulação entre ciência, ensino superior e política externa, num contexto internacional em que o conhecimento assume uma relevância crescente enquanto recurso estratégico. Para além do seu papel na competitividade económica, a ciência e o ensino superior funcionam também como instrumentos de projeção internacional. Contribuem, nesse sentido, para a construção de reputação, influência normativa e capacidade de atração dos Estados. Neste quadro, a diplomacia científica tem sido progressivamente institucionalizada enquanto campo de política pública e de coordenação internacional. Esta evolução é visível, por um lado, na produção de enquadramentos conceptuais por organizações como a Royal Society e a American Association

for the Advancement of Science (Royal Society & AAAS, 2023) e, por outro, na crescente atenção de organismos multilaterais à articulação entre ciência, cooperação internacional e governação global.

No espaço lusófono, a cooperação entre Brasil e Portugal constitui um caso particularmente relevante para a análise destas dinâmicas. Esta relação assenta numa proximidade linguística e cultural consolidada, bem como numa histórica circulação de elites académicas e científicas, que facilita a mobilidade e a cooperação institucional. Contudo, a sua configuração contemporânea não pode ser dissociada de um elemento geopolítico determinante: a inserção de Portugal nas estruturas e instrumentos de financiamento da União Europeia, que amplia as possibilidades de articulação internacional desta parceria e a inscreve em arquiteturas institucionais mais amplas.

No seguimento desta lógica, instrumentos como o programa Erasmus+ devem ser entendidos não apenas como mecanismos operacionais de mobilidade, mas como parte integrante de uma estratégia europeia de internacionalização do ensino superior. De facto, e tal como apresentado pela União europeia, em 2025, o programa combina objetivos de mobilidade, cooperação institucional e inovação, articulando-os com metas mais amplas de coesão social e projeção internacional. Deste modo, a circulação de estudantes e investigadores ocorre no interior de uma arquitetura normativa que tende a reforçar a posição da Europa, e, por extensão, de países como Portugal, como espaço central de atração, coordenação e legitimação no sistema internacional do conhecimento.

Do ponto de vista empírico, esta dinâmica manifesta-se em múltiplas dimensões interligadas. Em primeiro lugar, destacam-se os programas bilaterais de investigação e mobilidade, frequentemente estruturados através de modelos de governação partilhada entre agências nacionais. Em segundo lugar, observa-se um fluxo significativo de estudantes, tanto em mobilidade de grau como de crédito, com particular incidência na presença de estudantes brasileiros no ensino superior português. Por fim, evidenciam-se padrões consistentes de coautoria científica e de formação de redes académicas que conectam instituições dos dois países, especialmente em áreas caracterizadas por elevados níveis de internacionalização.

Esta centralidade empírica, como apontam Fonseca, Pereira e Iorio (2016) é particularmente visível na mobilidade académica contemporânea, sendo o Brasil, de forma consistente, a principal origem de estudantes internacionais em Portugal, sugerindo isto que a cooperação não se limita a uma relação bilateral tradicional, mas se configura como um corredor privilegiado de circulação académica no espaço lusófono, fortemente articulado com o sistema europeu de ensino superior.

Neste contexto, o problema analítico que orienta este estudo apresenta uma natureza dual. Por um lado, a cooperação pode ser interpretada como uma forma de *soft power* acadêmico, baseada na capacidade de atração exercida pela qualidade institucional, pelas oportunidades de progressão científica e pelo acesso a redes internacionais de conhecimento, em linha com a perspectiva desenvolvida por Nye (2004). Por outro, importa considerar a possibilidade de reprodução de assimetrias estruturais características das relações entre Sul e Norte globais, visíveis na dependência de financiamento externo, na direção dominante dos fluxos de mobilidade e na persistência de hierarquias de prestígio científico.

Adicionalmente, evidência bibliométrica recente sugere que a inserção internacional da ciência brasileira se associa a ganhos significativos de impacto e visibilidade, incluindo maior presença em revistas de topo e participação em tópicos de elevada proeminência global (McManus et al., 2020). Estes resultados apontam para a necessidade de interpretar a cooperação não apenas como inserção subordinada, mas como processo simultaneamente capacitador e estruturado por desigualdades.

Partindo deste enquadramento, o presente artigo propõe-se analisar a cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal como um caso de diplomacia científica contemporânea, articulando contributos teóricos e evidência empírica. Em particular, examinam-se: (i) o desenho e os modelos de governação dos instrumentos de cooperação; (ii) os padrões de mobilidade académica; (iii) a estrutura da coautoria científica enquanto indicador de centralidade institucional; e (iv) o papel dos discursos institucionais na configuração de enquadramentos normativos e expectativas associadas à cooperação bilateral.

O contributo central deste estudo consiste assim em demonstrar que, no espaço lusófono, a diplomacia científica pode assumir uma configuração híbrida: em vez de se apresentar apenas como mecanismo de cooperação horizontal ou como simples reprodução de dependências, esta combina proximidade histórica, capacidade de atração institucional e, por fim, hierarquização estrutural. O caso Brasil–Portugal é exemplar, por permitir observar de forma particularmente nítida como afinidade cultural e assimetria geopolítica podem coexistir na organização contemporânea da circulação académica e da coprodução científica.

Revisão da literatura

A diplomacia científica tem vindo a afirmar-se como um campo analítico emergente na interseção entre ciência, ensino superior e relações internacionais, refletindo a crescente centralidade do conhecimento nas dinâmicas globais. Neste contexto, a literatura tem vindo a consolidar um conjunto de referenciais conceptuais e empíricos que permitem analisar a

cooperação científica internacional, com particular atenção às dinâmicas de mobilidade, produção de conhecimento e construção de legitimidades no sistema global.

A consolidação deste campo está intimamente associada à sua progressiva institucionalização em governos e organizações científicas internacionais. Neste processo, a Royal Society e a American Association for the Advancement of Science desempenharam um papel estruturante ao propor um enquadramento tripartido, *science in diplomacy*, *diplomacy for science* e *science for diplomacy*, enquadramento este que permanece amplamente mobilizado na literatura. Contudo, como as próprias instituições (Royal Society & AAAS, 2023), apontam desenvolvimentos mais recentes têm vindo a questionar a suficiência desta tipologia para captar as transformações do contexto internacional contemporâneo. Num ambiente marcado por maior polarização geopolítica, intensificação da competição tecnológica e crescentes preocupações com a segurança da investigação, a diplomacia científica tende a assumir configurações mais complexas, exigindo uma leitura mais dinâmica e menos normativa do conceito.

Embora a tipologia clássica da diplomacia científica mantenha utilidade heurística, a literatura recente mostra que a sua operacionalização contemporânea ocorre num contexto marcado pela coexistência entre cooperação, competição e securitização do conhecimento. A diplomacia científica deve, por isso, ser entendida menos como categoria normativa estável e mais como campo relacional atravessado por objetivos simultaneamente colaborativos e estratégicos (Royal Society & AAAS, 2023). Esta ambivalência é particularmente visível no contexto europeu, onde a diplomacia científica se encontra progressivamente institucionalizada através de programas como o Erasmus+, que operam sobretudo como dispositivos de política pública que articulam objetivos de competitividade, inovação e projeção internacional, evidenciando a integração entre ciência, ensino superior e estratégia geopolítica no espaço europeu (European Commission, 2025).

Paralelamente, a literatura distingue entre diplomacia científica e diplomacia da inovação, conceitos frequentemente utilizados de forma sobreposta, mas que correspondem a racionalidades distintas. Enquanto a diplomacia científica se centra na cooperação entre comunidades académicas e na produção de conhecimento, a diplomacia da inovação incorpora uma lógica orientada para a valorização económica, promovendo a transferência de tecnologia, a atração de investimento e a inserção em cadeias globais de valor (Ministério das Relações Exteriores, s.d.). Esta distinção revela-se particularmente relevante em contextos nacionais específicos, nomeadamente em países emergentes, onde a política externa em ciência, tecnologia e inovação se articula de forma mais direta com objetivos de desenvolvimento e competitividade internacional.

Neste enquadramento, a teoria de *soft power* oferece um contributo fundamental para compreender a centralidade da ciência e do ensino superior nas dinâmicas internacionais contemporâneas. De acordo com Nye (2004), *soft power* deve ser entendido como a capacidade de influenciar preferências através da atração e da legitimidade, assente em recursos intangíveis como a cultura, os valores e a credibilidade institucional. A mobilidade académica, a cooperação científica e a participação em redes internacionais podem, assim, ser interpretadas como mecanismos de produção de atração, contribuindo para a formação de comunidades epistémicas transnacionais e para a consolidação de reputações institucionais. Contudo, estes efeitos não são automáticos nem uniformemente distribuídos, dependendo das perceções dos atores envolvidos e podendo ser condicionados por assimetrias estruturais.

A literatura recente tem vindo, precisamente, a sublinhar que os efeitos de atração associados ao *soft power* académico coexistem com constrangimentos estruturais. A mobilidade e a cooperação científica podem simultaneamente gerar capital simbólico e reproduzir dependências, sobretudo em sistemas internacionais caracterizados por desigualdades de recursos, capacidade institucional e acesso a financiamento (Royal Society & AAAS, 2023). Como consequência, a ideia de diplomacia científica é frequentemente analisada a partir de uma perspetiva dual: por um lado, como espaço de colaboração entre pares; por outro, como potencial mecanismo de reprodução de assimetrias entre centros e periferias.

Esta tensão é particularmente evidente nos debates sobre equidade na colaboração científica internacional. Conceitos como *helicopter science* têm sido mobilizados para descrever formas de cooperação em que parceiros de contextos menos centrais participam de forma subordinada, com menor capacidade de influenciar agendas e de apropriar resultados científicos (Royal Society & AAAS, 2023). De forma semelhante, estudos sobre coautoria internacional mostram que, embora a colaboração esteja associada a maior impacto e visibilidade, pode também reforçar desigualdades na distribuição de reconhecimento e na definição de prioridades de investigação.

No caso brasileiro, contudo, a evidência empírica sugere uma leitura mais complexa. McManus et al. (2020) demonstram que a colaboração internacional está associada a níveis mais elevados de impacto científico, incluindo maior presença em revistas de quartil superior e participação em clusters de investigação com elevada proeminência global. Estes resultados indicam que a inserção internacional da ciência brasileira não deve ser interpretada apenas como dependência, mas também como participação ativa em agendas científicas centrais, ainda que inserida em estruturas assimétricas.

A literatura sobre mobilidade acadêmica entre Brasil e Portugal reforça esta leitura ao evidenciar que os fluxos contemporâneos resultam da articulação entre políticas públicas brasileiras de internacionalização e estratégias institucionais portuguesas de atração de estudantes internacionais. Fonseca, Pereira e Iorio (2016) mostram que estes processos não podem ser explicados apenas por fatores culturais e linguísticos, devendo ser analisados como dinâmicas multiescalares que combinam enquadramentos institucionais com experiências sociais concretas de mobilidade. Neste sentido, a literatura converge na ideia de que a relação entre colaboração internacional e assimetria não deve ser entendida de forma binária. Embora persistam desigualdades estruturais, a participação em redes internacionais pode simultaneamente ampliar capacidade científica, acesso a recursos e visibilidade global. No caso brasileiro, a evidência de desempenho acima da média mundial em determinados domínios reforça a necessidade de interpretar estas dinâmicas como simultaneamente capacitadoras e hierarquizadas (McManus et al., 2020).

À luz destes contributos, a mobilidade acadêmica e a cooperação científica entre Brasil e Portugal podem ser interpretadas não apenas como resultado de afinidades históricas e culturais, mas como parte de processos mais amplos de inserção em redes internacionais de conhecimento, mediadas por enquadramentos institucionais e estratégicos que articulam cooperação, competição e projeção internacional (Royal Society & AAAS, 2023).

Metodologia

A análise da cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal assenta num quadro analítico que articula fundamentos teóricos e estratégias metodológicas, com vista à compreensão deste caso no contexto da diplomacia científica contemporânea. Este enquadramento organiza-se em torno de três eixos conceptuais complementares, que orientam simultaneamente a formulação das hipóteses e a operacionalização empírica.

Em primeiro lugar, adota-se a diplomacia científica como campo de interligação entre ciência e política externa, entendido como domínio de articulação entre produção de conhecimento e ação diplomática. A literatura distingue três modalidades principais, *science in diplomacy*, *diplomacy for science* e *science for diplomacy*, que permitem captar a diversidade de instrumentos e práticas da cooperação internacional. Contudo, à luz de desenvolvimentos recentes, esta tipologia é mobilizada como instrumento analítico flexível, e não como modelo normativo. Reconhece-se, em particular, recorrendo aqui aos postulados da Royal Society e AAAS (2023), que a diplomacia científica se desenvolve num contexto internacional em que

objetivos de cooperação coexistem com dinâmicas de competição e com preocupações relativas à segurança da investigação.

Em segundo lugar, integra-se a teoria de *soft power*, segundo a qual a capacidade de influência dos Estados assenta em mecanismos de atração de natureza cultural, institucional e normativa. No caso da cooperação Brasil–Portugal, esta perspetiva permite interpretar a educação superior e a ciência como recursos estratégicos de projeção internacional, operacionalizáveis através de indicadores como a mobilidade académica, a concentração de estudantes internacionais, a densidade de redes institucionais e a visibilidade científica. Esta abordagem é, contudo, complementada por uma leitura crítica que reconhece que os efeitos de atração não são uniformemente distribuídos, podendo coexistir com dinâmicas de dependência e assimetria em sistemas internacionais hierarquizados (Royal Society & AAAS, 2023).

Em terceiro lugar, incorpora-se o debate sobre as relações entre Sul e Norte globais como lente analítica para a identificação de assimetrias estruturais. Ao recorrer a esta vertente de análise pretende-se destacar as desigualdades no acesso a recursos, na capacidade de definição de agendas científicas e na distribuição de capital simbólico, permitindo analisar a cooperação não apenas enquanto espaço de colaboração, mas também como campo relacional marcado por interdependência e hierarquização. Esta leitura é reforçada por debates recentes sobre equidade nas colaborações científicas internacionais, que sublinham a necessidade de analisar criticamente a distribuição de benefícios e o reconhecimento científico entre parceiros (Royal Society & AAAS, 2023).

A articulação destes três eixos sustenta a formulação das hipóteses de investigação para este estudo definidas. A hipótese central (H1) postula que a cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal contribui para a ampliação do *soft power* e para o posicionamento de Portugal como *hub* europeu, beneficiando da sua inserção em redes e instrumentos da União Europeia. Em contraponto, a hipótese rival (H2) propõe que a cooperação evolui no sentido de uma parceria mais horizontal, assente em mecanismos de cofinanciamento, reciprocidade e coprodução de conhecimento. Esta formulação reflete uma conceção não linear da diplomacia científica, admitindo que os mesmos instrumentos podem produzir efeitos simultaneamente cooperativos e assimétricos, dependendo das condições institucionais e dos contextos de inserção internacional.

A partir destas hipóteses derivam-se predições observáveis que orientam a análise empírica. No caso da H1, espera-se: (i) crescimento sustentado da mobilidade brasileira para Portugal; (ii) forte dependência de instrumentos europeus; (iii) concentração das redes de coautoria em grandes instituições portuguesas; e (iv) prevalência de narrativas institucionais orientadas para

a internacionalização como estratégia de projeção. Por sua vez, a H2 antecipa: (i) maior simetria nos fluxos de mobilidade; (ii) mecanismos de co-governança e cofinanciamento mais robustos; (iii) redes de coautoria mais distribuídas; e (iv) narrativas centradas no benefício mútuo e na coprodução de conhecimento.

Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem mista, estruturada em dois eixos analíticos complementares, qualitativo e quantitativo, mobilizados de forma integrada com vista à triangulação dos resultados. Esta opção decorre da necessidade de captar a natureza multidimensional da diplomacia científica, evitando leituras unidimensionais da cooperação internacional (Royal Society & AAAS, 2023).

No eixo qualitativo, procede-se à análise documental de instrumentos de política e governação diretamente relevantes para a cooperação bilateral e para o seu enquadramento europeu, incluindo editais de concursos, acordos interinstitucionais, guias de programas, páginas institucionais e conteúdos ministeriais. A seleção destes documentos obedece a um critério de relevância substantiva, privilegiando fontes oficiais que definem objetivos, regras de financiamento, mecanismos de seleção, formas de coordenação e enquadramentos estratégicos da cooperação.

No eixo quantitativo, recorrem-se a indicadores de mobilidade académica e de produção científica, com base em fontes estatísticas e bibliométricas consolidadas. Estas incluem dados da DGES sobre estudantes internacionais, estatísticas do inquérito RAIDIS da DGEEC relativas à mobilidade de crédito e de grau, indicadores bibliométricos baseados em Web of Science/InCites, dados do programa Erasmus+ para o Brasil (2014–2020) e análises bibliométricas bilaterais previamente publicadas. A utilização de documentação oficial do Erasmus+ permite ainda captar os enquadramentos normativos e institucionais que estruturam a cooperação internacional, nomeadamente ao nível de prioridades, critérios de elegibilidade e mecanismos de governança (European Commission, 2025).

A opção por indicadores bibliométricos normalizados encontra respaldo em estudos recentes sobre a internacionalização da ciência brasileira. McManus et al. (2020) demonstram a utilidade de métricas como citações por documento, CNCI e presença em clusters de elevada proeminência para captar de forma comparável os efeitos da colaboração internacional sobre o impacto científico.

Com base neste desenho, definem-se quatro indicadores operacionais centrais: (i) intensidade da mobilidade de entrada em Portugal; (ii) assimetria de mobilidade em instrumentos europeus; (iii) densidade e centralidade institucional na coautoria bilateral; e (iv) grau de integração no ecossistema europeu, medido pelo peso estrutural de instrumentos e financiamento europeus.

Por fim, reconhecem-se limitações metodológicas associadas a discrepâncias entre definições estatísticas, ausência de séries temporais plenamente comparáveis e vieses das bases bibliométricas, nomeadamente a sub-representação de áreas como as ciências sociais e humanidades. Estas limitações são mitigadas através de triangulação de fontes e de uma abordagem prudente à inferência, sendo os resultados interpretados como aproximações robustas, mas parciais, da estrutura da cooperação científica internacional.

Empiricamente, a análise organiza-se em três recortes temporais distintos, definidos em função da disponibilidade e comparabilidade das fontes: (i) instrumentos e enquadramentos institucionais vigentes no período 2020–2026, com destaque para o programa FCT/CAPES e para a documentação do Erasmus+; (ii) indicadores de mobilidade académica, com base em séries da DGES e da DGEEC relativas ao período 2014/2015–2023/2024; e (iii) indicadores bibliométricos de coautoria científica, centrados sobretudo no período 2005–2015, conforme a disponibilidade dos dados bilaterais publicados, complementados por indicadores mais recentes sobre internacionalização da ciência portuguesa e impacto da colaboração internacional brasileira. A análise bibliométrica é de natureza predominantemente descritiva, incidindo sobre volume de coautoria, concentração institucional e padrões de colaboração, não correspondendo a uma análise formal de redes em sentido estrito.

Evidência empírica e discussão

A evidência empírica da cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal pode ser organizada em quatro dimensões principais: instrumentos e governança, mobilidade académica, produção científica e enquadramentos institucionais. Em conjunto, estas dimensões permitem avaliar de forma sistemática as hipóteses formuladas e clarificar em que medida esta cooperação opera simultaneamente como infraestrutura de *soft power* e como espaço de reprodução de assimetrias estruturais.

Instrumentos e governança da cooperação

No plano dos instrumentos bilaterais, o mecanismo mais visível no recorte desta investigação é o concurso FCT/CAPES, que estrutura projetos conjuntos e mobilidade de investigadores. No concurso referente ao período 2020–2021, o desenho institucional explicita características relevantes: apoio a 10 projetos, foco no intercâmbio de investigadores no âmbito de projetos comuns, financiamento português dirigido a viagens e estadias da equipa portuguesa no Brasil no montante de 4.500 euros por ano e por projeto, e seleção por comissão mista com base em critérios de mérito científico e participação de jovens investigadores.

Este desenho institucional corresponde, em larga medida, a uma lógica de *diplomacy for science*, na medida em que cria condições formais e financeiras para a cooperação científica. De forma indireta, também contribui para *science for diplomacy*, ao sustentar a continuidade de relações entre comunidades científicas através de equipas e agendas partilhadas. O convénio-quadro entre a FCT e a CAPES, assinado em 2010 e renovável em ciclos quinquenais, reforça esta leitura ao formalizar aspetos centrais da governança bilateral, como a realização de chamadas anuais por acordo mútuo, a submissão simultânea de candidaturas, a avaliação por pares, a decisão por comissão mista e a duração bienal dos projetos, com possibilidade de prorrogação.

Contudo, estes instrumentos não devem ser interpretados como dispositivos neutros. A definição de critérios, a escala limitada do financiamento e a articulação com programas internacionais mais amplos revelam que a cooperação bilateral se desenvolve no interior de enquadramentos institucionais que refletem prioridades estratégicas e constrangimentos estruturais. Assim, mesmo quando assente em princípios de reciprocidade formal, a cooperação pode incorporar assimetrias subtis ligadas à capacidade de financiamento, à densidade institucional dos parceiros e à posição relativa de cada país em redes internacionais mais amplas.

Em paralelo, o Erasmus+ constitui um ecossistema de instrumentos que, embora não seja especificamente bilateral entre Brasil e Portugal, exerce forte gravidade institucional europeia sobre a mobilidade e a cooperação académica. O *Programme Guide 2026* estabelece um envelope financeiro global superior a 26 mil milhões de euros para sete anos e prevê, no domínio do ensino superior, mecanismos de mobilidade internacional com países não associados, incluindo o Brasil, através de ações como a KA171/ICM. Neste caso, a mobilidade assenta em acordos interinstitucionais e em prioridades estratégicas definidas a nível europeu. O peso do Erasmus+ não decorre apenas da sua escala financeira, mas também do seu desenho institucional. A Comissão Europeia define prioridades, critérios de elegibilidade e mecanismos de financiamento, sendo a implementação operacional mediada por instituições situadas em países do programa. O Erasmus+ apresenta-se, assim, não apenas como instrumento de cooperação, mas como arquitetura institucional que organiza e hierarquiza a circulação internacional de estudantes e investigadores, reforçando a posição da Europa como polo estruturante das redes académicas globais (European Commission, 2025).

Neste sentido, a cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal desenvolve-se no interior de arquiteturas normativas e financeiras que não são neutras do ponto de vista geopolítico. A centralidade de instrumentos europeus condiciona fortemente os fluxos de

mobilidade e as oportunidades de cooperação, contribuindo para reforçar a posição relativa de atores já bem integrados nesses sistemas. A diplomacia científica surge, assim, como espaço de articulação entre abertura e seleção, cooperação e regulação.

Mobilidade académica: crescimento, centralidade e assimetria

Os dados de mobilidade académica evidenciam uma expansão muito significativa da presença internacional no ensino superior português. Segundo a DGES, no ano letivo de 2019/2020, o número de novos estudantes matriculados ao abrigo do Estatuto de Estudante Internacional atingiu 5.477, o que corresponde a um aumento de cerca de 38% face ao ano anterior. Entre 2014/2015 e 2019/2020, os novos inscritos ao abrigo deste estatuto passaram de 523 para 5.477. No mesmo ano letivo, o Brasil foi o principal país de origem, com 2.838 novos estudantes, correspondentes a cerca de 52% do total (DGES, 2020).

Estes dados sugerem que a internacionalização recente do ensino superior português assenta, em medida importante, na centralidade da procura brasileira. Mais do que um simples efeito de proximidade linguística, este padrão aponta para a consolidação de um corredor académico particularmente denso entre os dois países.

A mesma tendência é visível no conjunto da população estudantil internacional. Em 2018/19, mais de 58 mil estudantes de nacionalidade estrangeira estavam matriculados no ensino superior português, representando cerca de 15% do total de inscritos. Este valor corresponde a um crescimento aproximado de 76% face a 2014/2015. Neste universo, o Brasil surge como principal nacionalidade, com 20.627 estudantes, consolidando a sua centralidade nos fluxos académicos para Portugal.

O peso relativo do Brasil no conjunto dos estudantes internacionais mantém-se sistematicamente superior ao de qualquer outra nacionalidade, tanto em termos absolutos como proporcionais, reforçando a sua posição como principal origem de mobilidade de grau para Portugal.

Dados mais recentes do RAIDES 2023/2024, produzidos pela DGEEC, permitem distinguir entre mobilidade internacional de crédito e mobilidade internacional de grau. Em 2023/24, registaram-se 11.683 estudantes em mobilidade de crédito *incoming*, menos 13,7% do que no ano anterior, sendo 82,4% destes fluxos financiados por programas da União Europeia. Neste segmento, o Brasil não surge como principal nacionalidade, o que evidencia a forte estruturação da mobilidade de curta duração em torno do espaço europeu. Em contraste, na mobilidade internacional de grau, entre os 52.795 estudantes registados, o Brasil aparece como principal país de conclusão do ensino secundário, representando 27,7% do total (DGEEC, 2024).

Esta distinção é analiticamente relevante. A centralidade brasileira manifesta-se sobretudo em trajetórias de formação completa em Portugal, ao passo que a mobilidade de curta duração permanece fortemente ancorada em instrumentos e fluxos intraeuropeus. A relação Brasil–Portugal surge, assim, menos como circuito equilibrado de circulação e mais como corredor preferencial de entrada no espaço académico português e, por extensão, europeu.

A literatura sobre mobilidade estudantil permite aprofundar esta interpretação. Fonseca, Pereira e Iorio (2016) mostram que o crescimento da mobilidade brasileira para Portugal não pode ser explicado apenas por afinidades culturais e linguísticas. Esta resulta sobretudo da articulação entre políticas públicas brasileiras de internacionalização e estratégias institucionais portuguesas de atração de estudantes internacionais, nomeadamente brasileiros. Esta combinação reforça a leitura da cooperação como infraestrutura de *soft power* académico, mas também como processo social e institucional complexo, em que se cruzam estratégias estatais, práticas organizacionais e trajetórias individuais.

Os dados do Erasmus+ relativos à dimensão internacional com o Brasil, entre 2015 e 2020, mostram uma reciprocidade apenas parcial. O número anual de participantes em mobilidade para a Europa variou entre 171 e 345, enquanto os fluxos para o Brasil oscilaram entre 109 e 225. Em termos agregados, entre 2014 e 2020 registaram-se 1.401 estudantes e membros de *staff* em mobilidade para a Europa, face a 907 no sentido inverso, para o Brasil. Embora exista bidirecionalidade formal, a mobilidade organiza-se de forma quantitativamente desigual, favorecendo o espaço europeu (European Commission, 2021).

Esta assimetria é consistente com padrões mais amplos de mobilidade académica internacional, nos quais os fluxos tendem a concentrar-se em direção a sistemas de ensino superior integrados em espaços regionais densos e institucionalmente consolidados, como o europeu, reforçando a sua capacidade de atração e coordenação. No entanto, esta disparidade não se limita na direção dos fluxos, sendo também percecionada na arquitetura procedimental dos instrumentos.

No quadro da mobilidade internacional Erasmus+, as instituições de países parceiros participam na preparação, implementação e acompanhamento dos projetos, mas não podem candidatar-se diretamente ao financiamento; essa prerrogativa pertence às instituições de ensino superior sediadas em países do programa, que submetem as candidaturas, celebram o *grant agreement*, gerem financeiramente o projeto e assumem a responsabilidade formal pelo seu ciclo de vida. Acresce que, no âmbito da dimensão internacional do KA131, as instituições de países parceiros podem acolher mobilidade proveniente da Europa, mas não enviar participantes através do mesmo instrumento, dependendo a bidirecionalidade do KA171/ICM. Como aponta a própria Comissão Europeia (2024), este desenho confirma que a cooperação se desenvolve num quadro

formalmente colaborativo, mas institucionalmente hierarquizado, no qual a capacidade de iniciativa, coordenação e gestão permanece fortemente concentrada no lado europeu.

Produção científica e concentração institucional

No que respeita à produção científica, a análise bibliométrica bilateral para o período 2005–2015, com base em dados InCites/Web of Science, evidencia uma expansão significativa da coautoria entre Brasil e Portugal, particularmente nas áreas das ciências exatas e naturais, bem como uma concentração institucional em torno de um conjunto limitado de universidades. Esta evidência descritiva é consistente com resultados mais amplos sobre a internacionalização da ciência brasileira. McManus et al. (2020), com base em dados da Web of Science, demonstram que a colaboração internacional do Brasil está associada a níveis mais elevados de impacto e visibilidade científica, incluindo maior presença em revistas de quartil superior (Q1), valores mais elevados de citação normalizada e participação em tópicos de investigação de elevada proeminência global. Neste sentido, a cooperação com Portugal pode ser interpretada não apenas como expressão de proximidade histórica e linguística, mas também como parte de uma dinâmica mais ampla de inserção do Brasil em redes científicas internacionais de elevada densidade. Esta leitura permite evitar uma interpretação simplista da participação brasileira como meramente subordinada, sublinhando que, embora inserida em estruturas assimétricas, esta cooperação contribui igualmente para a produção de valor científico e para o reforço da visibilidade internacional.

Do lado português, dados da DGEEC indicam que, em 2021, cerca de 56% das publicações científicas nacionais envolveram coautoria internacional, acima dos cerca de 41% registados em 2011, o que revela uma tendência estrutural de internacionalização da ciência portuguesa (DGEEC, 2022). Entre as instituições portuguesas com maior número de documentos em coautoria com autores brasileiros destacam-se a Universidade de Lisboa, a Universidade do Porto, a Universidade do Minho, a Universidade de Coimbra, a Universidade Técnica de Lisboa, a Universidade de Aveiro e a Nova Universidade de Lisboa. Do lado brasileiro, a Universidade de São Paulo surge como a instituição com maior volume de produção conjunta. Apesar desta concentração, a participação de um conjunto mais alargado de instituições, incluindo universidades fora dos principais centros metropolitanos e instituições politécnicas, sugere uma difusão parcial dos efeitos da internacionalização no sistema português, ainda que de forma desigual.

Em termos descritivos, os dados indicam que a produção científica conjunta se concentra num conjunto relativamente reduzido de universidades portuguesas. Em termos analíticos, este

padrão sugere a existência de uma centralização institucional da cooperação, tanto na produção científica como na capacidade de atração internacional. Dados da DGES mostram igualmente que um conjunto restrito de instituições — incluindo a Universidade do Porto, a Universidade de Lisboa, a Universidade de Coimbra e vários institutos politécnicos — acolhe grande parte dos estudantes internacionais, sugerindo que os benefícios da internacionalização se distribuem de forma desigual no interior do sistema português.

Ainda que os dados disponíveis não permitam uma análise completa de centralidade de redes, por exigirem matrizes detalhadas de coautoria, a evidência disponível é suficiente para sustentar a existência de centralização institucional. Importa, contudo, evitar a interpretação de que esta concentração traduz ausência de contribuição substantiva por parte do parceiro brasileiro. A literatura bibliométrica recente mostra precisamente o contrário: os investigadores brasileiros participam em agendas científicas de elevada centralidade internacional, e a colaboração com o Brasil também produz benefícios de impacto para os parceiros externos (McManus et al., 2020). A assimetria observada parece resultar, portanto, menos de uma suposta periferização científica intrínseca do Brasil e mais da distribuição desigual de posições institucionais, acesso a financiamento e capacidade de intermediação em redes internacionais.

Narrativas institucionais e racionalidades estratégicas

A dimensão empírica da cooperação não se esgota em fluxos e indicadores. Ela envolve também enquadramentos discursivos e institucionais distintos. No caso brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores apresenta a diplomacia da inovação como enquadramento estratégico mais abrangente do que a diplomacia científica tradicional, refletindo uma orientação explícita para a competitividade internacional e para a inserção em cadeias globais de valor intensivas em conhecimento. Esta abordagem assenta na internacionalização de ecossistemas de inovação e na lógica da “quádrupla hélice”, envolvendo governo, academia, setor privado e sociedade civil como atores centrais na produção e circulação de conhecimento (Ministério das Relações Exteriores, s.d.).

Neste quadro, a cooperação internacional é concebida não apenas como mecanismo de intercâmbio académico, mas como instrumento de transferência de tecnologia, atração de investimento, capacitação institucional e aprendizagem de melhores práticas. A criação do Programa Diplomacia da Inovação, em 2017, ilustra esta orientação ao estruturar uma rede de postos diplomáticos com funções ativas na promoção tecnológica e na facilitação de parcerias estratégicas. No contexto da cooperação com Portugal, esta racionalidade ajuda a compreender a participação brasileira como parte de uma estratégia mais ampla de inserção em redes globais

de ciência e inovação, frequentemente mediada por estruturas e instrumentos europeus (Ministério das Relações Exteriores, s.d.).

Do lado europeu, observa-se um processo de institucionalização progressiva da diplomacia científica através de quadros estratégicos e instrumentos orientados para a articulação entre ciência, ensino superior e política externa. O Erasmus+ é exemplo claro desta europeização da diplomacia científica como política pública, integrando mobilidade, cooperação institucional e projeção internacional numa mesma arquitetura normativa (European Commission, 2025). A cooperação Brasil–Portugal emerge, assim, como espaço de interseção entre racionalidades estratégicas diferenciadas: uma mais fortemente institucionalizada no quadro europeu e centrada em dispositivos regulatórios e métricas de excelência; outra, no caso brasileiro, mais explicitamente associada à inovação, competitividade e internacionalização de ecossistemas.

Soft power, intermediação e assimetria

No seu conjunto, os dados sustentam a interpretação de que a cooperação Brasil–Portugal funciona como infraestrutura relevante de *soft power*, sobretudo no domínio educacional. O crescimento sustentado da mobilidade, a centralidade do Brasil enquanto origem de estudantes e a capacidade de Portugal para mobilizar instrumentos europeus reforçam o seu posicionamento como plataforma de intermediação entre espaços nacionais e redes europeias. Portugal pode, assim, ser interpretado não apenas como destino, mas como nó estratégico de intermediação na circulação de estudantes, investigadores e conhecimento.

Todavia, esta mesma evidência revela sinais consistentes de assimetria estrutural, em linha com a hipótese H1. Em primeiro lugar, observa-se assimetria de fluxos, visível na escala da presença de estudantes brasileiros em Portugal e na menor visibilidade da mobilidade inversa. Em segundo lugar, verifica-se assimetria ao nível da governança e da escala financeira, com instrumentos bilaterais de menor dimensão coexistindo com programas europeus de grande escala, cujos critérios e procedimentos favorecem instituições já bem posicionadas. Em terceiro lugar, a concentração da coautoria em grandes instituições portuguesas aponta para uma assimetria epistémica e para dinâmicas de centralização. Por fim, as narrativas institucionais mostram a instrumentalização estratégica da ciência e da educação como recursos de política externa e competitividade internacional.

Estas observações não implicam, por si só, um juízo normativo negativo sobre a cooperação. Elas indicam, antes, que a cooperação se desenvolve num contexto internacional marcado por desigualdades estruturais, tendendo a refletir essas assimetrias na ausência de mecanismos corretivos. A evidência institucional sugere ainda que a horizontalidade da cooperação depende

de capacidades administrativas frequentemente subestimadas na literatura. A implementação da mobilidade internacional exige acordos interinstitucionais detalhados, regras transparentes de seleção, mecanismos formais de reconhecimento acadêmico, apoio a vistos, instrumentos de acompanhamento e dispositivos de inclusão. Assim, a assimetria entre parceiros não decorre apenas da distribuição desigual de financiamento ou prestígio, mas também da capacidade diferenciada de cumprir e moldar exigências procedimentais complexas (European Commission, 2024).

Neste quadro, a análise aponta para um conjunto de implicações de política pública orientadas para a aproximação ao cenário descrito na hipótese H2. Entre elas, destacam-se o reforço de mecanismos de cofinanciamento simétrico em chamadas binacionais, a criação de indicadores públicos comuns de monitorização de assimetrias, a diversificação institucional e territorial da cooperação e a promoção de uma estratégia conjunta de diplomacia científica orientada para desafios comuns, com maior ênfase em coprodução de conhecimento, ciência aberta e inclusão. Em termos agregados, a evidência empírica aponta para três tendências consistentes. Em primeiro lugar, observa-se um crescimento sustentado da mobilidade internacional para Portugal desde meados da década de 2010. Em segundo lugar, destaca-se a centralidade persistente do Brasil como principal origem de estudantes internacionais, sobretudo na mobilidade de grau. Em terceiro lugar, verifica-se uma assimetria nos fluxos de mobilidade em instrumentos europeus, com maior intensidade no sentido Brasil–Europa. Em conjunto, estas tendências reforçam a interpretação da cooperação como simultaneamente capacitadora e estruturalmente assimétrica.

O caso Brasil–Portugal em perspetiva comparada

A interpretação destes resultados ganha densidade quando colocada em perspetiva comparada com o padrão mais amplo das relações entre a União Europeia e a América Latina. Nesta escala, a literatura mostra que a participação latino-americana nos programas-quadro europeus tem oscilado entre duas leituras: por um lado, a de uma colaboração entre pares fundada em mérito científico e interesses convergentes; por outro, a de uma inserção condicionada por mecanismos de diplomacia científica, nos quais os parceiros latino-americanos são incorporados em função de prioridades e instrumentos definidos a partir do centro europeu. Uribe-Mallarino (2022) mostra precisamente que esta participação foi, no 7.º Programa-Quadro, fortemente marcada por ações de direcionamento institucional e político, tornando-se relativamente menos dependente desse *targeting* em Horizon 2020, sem eliminar as assimetrias em termos de financiamento, coordenação de consórcios e definição de agendas.

Esta perspectiva é particularmente útil para o caso luso-brasileiro. Tal como sucede na relação UE–América Latina, também aqui a cooperação combina oportunidades efetivas de mobilidade, coprodução científica e internacionalização com mecanismos que tendem a reproduzir desigualdades estruturais (Uribe-Mallarino, 2022). A diferença reside no facto de a relação bilateral entre Brasil e Portugal assentar numa infraestrutura histórica, linguística e cultural singular, que reduz custos de entrada e intensifica a circulação académica. Essa proximidade não elimina a assimetria; reconfigura-a. Em vez de uma relação puramente externa entre Europa e América Latina, observa-se uma forma de intermediação em que Portugal funciona como porta de acesso privilegiada ao espaço europeu para estudantes e investigadores brasileiros.

Esta posição distingue Portugal de outros Estados-membros. O seu poder de atração não decorre apenas da pertença à União Europeia e do acesso a programas como o Erasmus+, mas também da afinidade linguística, da legibilidade institucional do sistema de ensino superior e da existência de trajetórias históricas de circulação académica. Isso confere à relação Brasil–Portugal uma espessura sociocultural que nem sempre está presente nas relações entre a União Europeia e a América Latina em sentido amplo.

Ao mesmo tempo, a comparação evidencia convergências importantes. Em ambos os casos, a abertura internacional convive com desigualdades persistentes na distribuição de recursos e oportunidades. Uribe-Mallarino (2022) mostra que, à medida que a participação latino-americana se tornou menos dependente de mecanismos explícitos de diplomacia científica, aumentou também a proporção de projetos sem financiamento europeu direto. Este resultado sugere que a integração em redes internacionais não implica, por si só, uma relação mais horizontal; pode traduzir uma inclusão formalmente ampliada, mas materialmente assimétrica. De modo análogo, no caso Brasil–Portugal, a intensificação da mobilidade e da colaboração científica não elimina o facto de Portugal beneficiar de uma posição estruturalmente mais vantajosa, em virtude da sua inserção nos instrumentos, métricas e circuitos de legitimação europeus.

A comparação permite ainda clarificar a natureza da assimetria observada. No plano UE–América Latina, ela manifesta-se frequentemente na coordenação de projetos, no acesso ao financiamento e na definição das agendas temáticas. No plano Portugal–Brasil, esses elementos mantêm-se, mas articulam-se com uma assimetria adicional no domínio da mobilidade académica. A evidência discutida neste artigo aponta para um fluxo fortemente concentrado de estudantes brasileiros para Portugal, muito mais visível do que o movimento inverso. Tal padrão

sugere que a cooperação opera menos como circuito equilibrado de circulação e mais como corredor preferencial de entrada no espaço académico europeu.

Ainda assim, a perspetiva comparada ajuda a evitar leituras deterministas. O caso Portugal–Brasil não deve ser reduzido a uma simples reprodução, em escala menor, das hierarquias entre a União Europeia e a América Latina. A proximidade linguística, os instrumentos bilaterais de cofinanciamento e a densidade institucional da relação criam condições para formas mais robustas de reciprocidade, nomeadamente na formação avançada, na coprodução científica e na criação de redes duradouras. A questão central, portanto, não é saber se a cooperação é simétrica ou assimétrica em termos absolutos, mas em que condições institucionais ela pode deslocar-se de um modelo centrado na atração e na intermediação para um modelo mais efetivo de coprodução de conhecimento.

Neste sentido, a comparação com o padrão UE–América Latina reforça a hipótese central do artigo. Se, numa escala macro, a literatura mostra que a integração latino-americana nos dispositivos europeus de ciência e inovação combina abertura com dependência, o caso Portugal–Brasil revela como esse mesmo padrão pode ser simultaneamente aprofundado e suavizado por uma relação bilateral historicamente densa. A parceria luso-brasileira surge, assim, como um caso intermédio: não é mera extensão indiferenciada da diplomacia científica europeia, mas também não escapa inteiramente às hierarquias que estruturam o espaço científico internacional. A sua especificidade reside precisamente nessa posição híbrida, em que afinidade histórica e assimetria estrutural coexistem.

Conclusão

A presente investigação sustenta empiricamente a hipótese H1, ao demonstrar que a cooperação científico-educacional entre Brasil e Portugal, assente na articulação entre instrumentos bilaterais de mobilidade e financiamento, capacidade de atração educacional por parte de Portugal e inserção estruturada em programas europeus de larga escala, contribui para reforçar o posicionamento de Portugal como nó de intermediação europeia no espaço lusófono e para a ampliação de recursos de soft power no campo académico.

Esta conclusão não implica, contudo, uma leitura da participação brasileira como passiva ou periférica em sentido estrito. A evidência bibliométrica recente mostra que a colaboração internacional da ciência brasileira se associa não apenas a ganhos de impacto, mas também à participação em temas de investigação com elevada relevância global. Assim, o carácter assimétrico da parceria luso-brasileira deve ser situado menos numa suposta fragilidade

intrínseca da ciência brasileira e mais nas condições institucionais e geopolíticas que moldam a distribuição de oportunidades, recursos e capacidade de coordenação (McManus et al., 2020). Ainda assim, os padrões observados revelam-se consistentes com a reprodução de assimetrias características das relações entre Sul e Norte globais. A predominância de fluxos de mobilidade de entrada em Portugal, a dependência significativa da moldura institucional e financeira europeia e a concentração institucional da produção científica em coautoria apontam para uma cooperação simultaneamente capacitadora e hierarquizada. A evidência relativa ao Erasmus+ reforça esta interpretação ao mostrar que, mesmo em contextos de mobilidade formalmente bidirecional, subsistem assimetrias estruturais na direção dos fluxos e na governação dos instrumentos. A reciprocidade, neste contexto, não equivale necessariamente a simetria efetiva. À luz dos desenvolvimentos recentes da literatura sobre diplomacia científica, estes resultados devem ser interpretados num quadro mais amplo, em que a cooperação internacional em ciência e ensino superior se desenvolve num ambiente marcado por tensões entre abertura, competição e segurança. Neste contexto, a diplomacia científica não pode ser entendida exclusivamente como instrumento de aproximação entre Estados, mas também como campo de articulação entre objetivos de cooperação, interesses estratégicos e mecanismos de regulação institucional. O caso Brasil–Portugal mostra, precisamente, que a mesma infraestrutura que amplia mobilidade, reputação e coprodução científica pode também reproduzir centralizações institucionais e dependências de enquadramento.

Um contributo adicional do artigo reside na identificação de racionalidades estratégicas distintas, mas coexistentes, no interior da cooperação bilateral. Por um lado, observa-se uma lógica de diplomacia científica mais fortemente institucionalizada no contexto europeu e centrada na produção e circulação de conhecimento. Por outro, evidencia-se, no caso brasileiro, uma lógica de diplomacia da inovação mais explicitamente orientada para a competitividade, a valorização económica do conhecimento e a inserção em cadeias globais de valor. A articulação entre estas racionalidades permite compreender a relação Brasil–Portugal como espaço de interseção entre diferentes modelos de internacionalização científica e tecnológica, contribuindo para uma leitura mais ampla da diplomacia contemporânea da ciência e da inovação.

Neste sentido, o principal contributo analítico do caso luso-brasileiro reside em mostrar que a cooperação científico-educacional contemporânea pode ser simultaneamente geradora de benefícios mútuos e marcada por distribuição desigual de vantagens. Esta coexistência torna o caso particularmente relevante para a literatura sobre diplomacia científica, soft power e relações Sul–Norte, sobretudo porque evidencia como uma relação historicamente densa e

culturalmente próxima não escapa, ainda assim, às hierarquias que estruturam o sistema internacional do conhecimento.

Do ponto de vista político-institucional, a hipótese rival (H2) permanece como horizonte plausível, mas dependente de mecanismos verificáveis de reequilíbrio. Entre estes, destacam-se o reforço de instrumentos de cofinanciamento simétrico, a promoção de maior reciprocidade nos fluxos de mobilidade, a harmonização e transparência de dados, a diversificação institucional da cooperação científica e a construção de estratégias conjuntas orientadas para coprodução de conhecimento, ciência aberta e inclusão. Sem estes mecanismos, a expansão da mobilidade tenderá a reforçar padrões de centralização e dependência, mesmo quando produz benefícios em termos de internacionalização e visibilidade científica.

Em termos mais amplos, a análise do espaço lusófono — e, em particular, da relação entre Brasil e Portugal — permite explorar a ideia de “ponte” entre diferentes configurações geopolíticas, nomeadamente entre a União Europeia e a América Latina. O caso mostra que a diplomacia científica não opera num vazio institucional, sendo profundamente moldada por arquiteturas normativas densas, como as da União Europeia, que estruturam simultaneamente oportunidades, fluxos e hierarquias (European Commission, 2025). Neste enquadramento, a cooperação Brasil–Portugal poderá afirmar-se como modelo relevante de diplomacia científica contemporânea se conseguir evoluir de uma lógica predominantemente centrada na intermediação e na atração para um modelo mais robusto de coprodução de conhecimento, assente em benefícios mútuos, maior autonomia estratégica e integração mais equilibrada nas redes internacionais de ciência e inovação.

Referências bibliográficas

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2022). *Produção científica portuguesa: Principais resultados 2011–2021*. DGEEC.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2024). *Principais resultados: Inscritos no ensino superior 2023/2024*. DGEEC.

Direção-Geral do Ensino Superior. (2020, 10 de março). *Nota à comunicação social: O número de estudantes matriculados no ensino superior ao abrigo do estatuto de estudante internacional aumentou 38% em 2019/2020, face ao ano anterior* [Nota de imprensa].

European Commission. (2021). *Erasmus+ for higher education in Brazil (2014–2020)*. European Commission.

- European Commission. (2024). *Erasmus+ international credit mobility handbook for partner countries* (Version 1, July 2024). European Commission. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/>
- European Commission. (2025). *Erasmus+ programme guide 2026*. European Union. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/>
- Fonseca, M. L., Pereira, S., & Iorio, J. (2016). International mobility of Brazilian students to Portugal: The role of the Brazilian government and university strategies in Portugal. In J. Domínguez-Mujica (Ed.), *Global change and human mobility* (pp. 265–284). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-0050-8_14
- McManus, C., Neves, A. A. B., Maranhão, A. Q., Filho, A. G. S., & Santana, J. M. (2020). International collaboration in Brazilian science: Financing and impact. *Scientometrics*, 125(3), 2745–2772. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03728-7>
- Ministério das Relações Exteriores. (s.d.). *Diplomacia da inovação*. Governo do Brasil. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/diplomacia-da-inovacao>
- Nye, J. S., Jr. (2004). *Soft power: The means to success in politics*. PublicAffairs.
- The Royal Society, & American Association for the Advancement of Science. (2023, novembro). *New frontiers in science diplomacy: Updating the concept for the next 15 years* (Discussion paper).
- Uribe-Mallarino, C. (2022). Collaborating as peers or targeted by science diplomacy? The participation of Latin American researchers in the European Framework Programme for Research and Innovation. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, 5(1). <https://doi.org/10.1080/25729861.2021.2003282>